



ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS URBANOS COM ENFOQUE NAS ÁREAS DE LAZER

Karina Cozer de Campos – karinacozer@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/Câmpus Pato Branco. Discente do curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, PPGEC - Departamento de Engenharia Civil.

Rua Ponta Grossa, 2707 - Ap. 301

85.601-600 - Francisco Beltrão/PR

Tatiana Cristina Schneider Ghisi – arq.tatianaghisi@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/Câmpus Pato Branco. Discente do curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, PPGEC - Departamento de Engenharia Civil.

Ticiane Sauer Pokrywiecki – ticiane@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/Câmpus Pato Branco. Docente do curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, PPGEC - Departamento de Engenharia Civil.

Resumo: *O presente trabalho tem como finalidade analisar a infraestrutura dos espaços urbanos e a implantação das áreas de lazer nas proximidades e entorno de loteamentos com finalidade social. Tomou-se como referência um Loteamento de Interesse Social situado na cidade de Francisco Beltrão-PR, com a realização de visitas in loco e entrevistas com os moradores para observações técnicas e anotações em relação aos espaços e à infraestrutura existente. Os resultados da pesquisa indicam que a escolha da área de implantação do Loteamento teve acerto na localização em virtude da proximidade com o bairro, mas, observou-se algumas deficiências em equipamentos de lazer e a existência de áreas de alagamento nas proximidades do rio que contorna uma parte da área de intervenção. Espera-se a partir desta pesquisa, poder compreender a relação entre infraestrutura, ocupação urbana, uso do solo e meio ambiente, a fim de contribuir nas discussões sobre a importância da relação homem, assentamento urbano e meio ambiente. Em muitos casos, nota-se que a maior preocupação é implantar um maior número de lotes na área a ser loteada, sem se preocupar com a qualidade de vida dos moradores e com os prejuízos sociais e econômicos que isso pode causar ao local e à cidade num contexto mais amplo. Sobretudo, espera-se que a pesquisa possa contribuir para um embasamento no processo projetual de loteamentos de interesse social e colaborar nas pesquisas de infraestrutura urbana, permitindo assim, a criação de cenários urbanos de qualidade e com melhores condições econômicas, sociais e ambientais.*

Palavras-chave: *Loteamento de interesse social, Áreas de lazer, Equipamentos urbanos.*

ANALYSIS OF THE INFRASTRUCTURE OF URBAN SPACES WITH FOCUS ON RECREATIONAL AREAS

Abstract: *This study aims to analyze the infrastructure of urban areas and the implementation of recreational areas nearby and surrounding allotments for social purposes. It was taken as a reference a Social Interest Allotment located in Francisco Beltrão-PR, with visits and interviews with residents*



to technical notes and annotations in relation to the place and the existing infrastructure. The survey results indicate that the choice of Allotment deployment area, regarding positioning, was accurate because of the proximity to the neighborhood, but there was some deficiencies in leisure equipment and the existence of areas of flooding near the river that circumvents part of the area. It is expected from this research, to be able to understand the relationship between infrastructure, urban occupation, land use and environment, in order to contribute in discussions about the importance of human relationship, urban settlement and environment. In many cases, it is noted that the main concern is to deploy a larger number of lots in the area to be subdivided, without worrying about the quality of life of residents and the social and economic damage it can cause to the site and the city in a broader context. Above all, it is expected that the research may contribute to a base in the design process of social interest allotment subdivisions and collaborate on research of urban infrastructure, thus allowing the creation of urban landscapes quality and better economic, social and environmental conditions.

Keywords: Allotment of social interest, Recreation areas, Urban equipment.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, o qual faz de um estudo na área de Planejamento Urbano e de Urbanismo, apresenta uma pesquisa com a finalidade de pesquisar a implantação dos Loteamentos de Interesse Social, com enfoque nas áreas de lazer e infraestrutura no município de Francisco Beltrão - PR.

Tomou-se como base e referência para o desenvolvimento deste estudo, um Empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), localizado na cidade de Francisco Beltrão-PR, onde foi realizada a pesquisa, a partir de análises acerca da infraestrutura e equipamentos comunitários disponíveis à população, bem como, a preocupação com o meio ambiente que também determina a sustentabilidade de um bairro.

Com o crescimento populacional urbano e a necessidade de atender famílias de baixa renda em programas de habitação de interesse social, verificou-se que a infraestrutura oferecida pelo poder público nos Loteamentos do PMCMV vem resultando em Loteamentos de Interesse Social sem planejamento, com elevadas taxas de impermeabilização do solo, adensamento habitacional e a falta ou ineficiência dos equipamentos urbanos e comunitários.

Constatou-se que houve um crescimento na implantação de Empreendimentos urbanos do Programa MCMV na cidade de Francisco Beltrão, para atender famílias de baixa renda que residem em áreas de riscos e diminuir o déficit habitacional do município. Com isso, verificou-se a necessidade de propor um estudo a fim de verificar como vem funcionando a infraestrutura, bem como as áreas de lazer proporcionadas especificamente nos loteamentos de interesse social.

Neste contexto, compreende-se que as áreas comunitárias proporcionam qualidade de vida não só para a população local, mas também aos moradores vizinhos, sobretudo, à comunidade carente, que tem suas necessidades básicas (relacionadas ao lazer) supridas através dos equipamentos comunitários localizados próximos de suas residências, além de poderem praticar seu lazer nas áreas públicas como praças, parques, áreas verdes e espaços afins (ROMANINI; GELPI, 2006).

Outra compreensão é de que os equipamentos comunitários desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade (COUTO, 1981).

A implantação desses loteamentos bem como sua articulação com o Planejamento Urbano necessita de uma avaliação no que tange à sustentabilidade urbana. Sob este ponto de vista, engloba-se desde o projeto das unidades habitacionais até a garantia de uma integração com o tecido urbano e o acesso aos serviços e equipamentos comunitários.

Segundo a Secretaria Nacional de Habitação (2013), o Programa MCMV pode ser um importante instrumento para recuperar áreas degradadas, promover a ocupação de vazios urbanos e promover a expansão urbana, desde que realizado de forma planejada. Em contrapartida, se não for



inserido em um planejamento adequado junto aos municípios, poderá implicar em riscos para a sustentabilidade social, urbana e ambiental.

Sendo assim, o município, na condição de gestor, tem o papel de garantir que a implantação dos Empreendimentos do PMCMV seja condizente com a capacidade de atendimento de infraestrutura e serviços urbanos, bem como, poder proporcionar uma estratégia para geração de emprego e renda à população.

Atualmente o acelerado processo de urbanização tem como preocupação os problemas associados ao crescimento de favelas e à formação de novas áreas nas periferias, sendo isso um importante desafio para o poder público. Essa situação se agrava pela carência e inconformidade no processo de planejamento e gestão do uso e parcelamento do solo, os quais não acompanham o crescimento urbano.

De acordo com Nerbas (2006), é de suma importância, para o planejamento mais sustentável da paisagem de loteamentos populares, considerar as condições dos recursos naturais locais, potencializar as conformidades legais incidentes na área e estar em consonância com os anseios e as necessidades da comunidade local.

Portanto, esta pesquisa é de fundamental importância para dar sustentação ao desenvolvimento de uma proposta que traga readequações condizentes com a realidade local, onde se possa implantar um loteamento com aplicação de conceitos de sustentabilidade e equipamentos urbanos que atendam as necessidades dos moradores do bairro e da população em geral.

As referências bibliográficas apresentadas neste trabalho têm a intenção de destacar os principais conceitos relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa. Aborda-se temas como a habitação, a infraestrutura urbana e o processo de urbanização das cidades através da implantação de Loteamentos de Interesse Social para suprir o déficit habitacional, que por falta de planejamento ambiental e urbano podem acarretar em problemas de organização do espaço, bem como, implicar em riscos para a sustentabilidade social, urbana e ambiental.

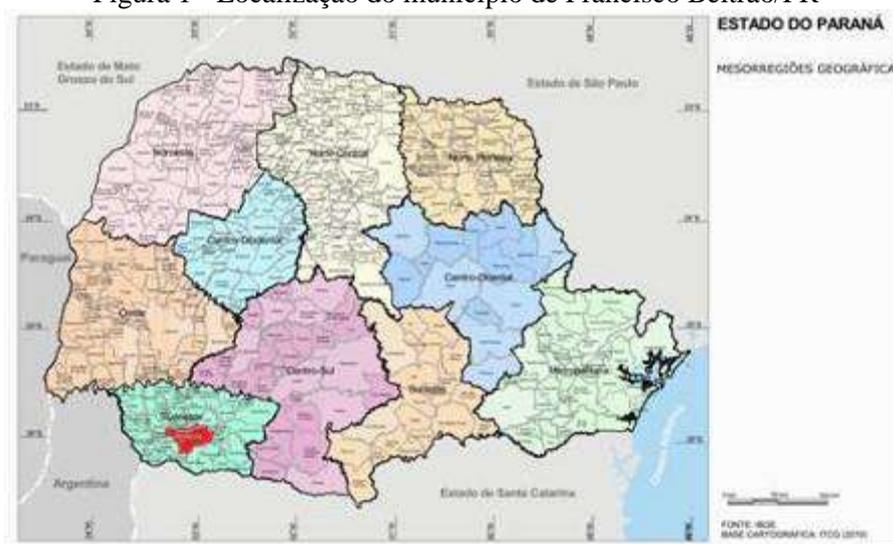
2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo, junto a um loteamento existente no município de Francisco Beltrão-PR. A revisão bibliográfica consiste numa revisão sobre o tema estudado, por meio de materiais relacionados ao assunto, bem como, diretrizes projetuais adequadas ao tema proposto.

Segundo Mattar (1997), a pesquisa exploratória utiliza métodos amplos e versáteis, na busca de prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema em questão. Sendo assim, esta pesquisa busca formas de investigar e aprofundar o conhecimento sobre as questões relevantes para a produção de Loteamentos de Interesse Social.

O desenvolvimento da pesquisa de campo foi realizado no município de Francisco Beltrão (figura 01), o qual está localizado no Sudoeste do Paraná junto à mesorregião Sudoeste Paranaense, localizada no terceiro Planalto paranaense. Abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, que corresponde próximo de 6% do território estadual. Esta região faz fronteira a oeste com a República da Argentina, através da foz do rio Iguaçu, e ao sul com o Estado de Santa Catarina, e é constituída por 37 municípios, dos quais se destacam Pato Branco e Francisco Beltrão em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (IPARDES, 2003).

Figura 1 - Localização do município de Francisco Beltrão/PR



Fonte: IPARDES (2013)

Segundo o IBGE (2013), Francisco Beltrão possui 84.437 mil habitantes, sendo que 85% da população reside na área urbana e 15% na área rural.

Para a pesquisa de campo foram realizadas visitas *in loco*, a fim de identificar as necessidades dos moradores no que se refere à infraestrutura do local, entrevistas, observações técnicas e anotações em relação aos espaços e à infraestrutura existente para checar tecnicamente as necessidades do local e do entorno.

No que se refere à ocupação de áreas de risco como inundações e especificamente as áreas de lazer disponibilizadas aos moradores no entorno do loteamento, tomou-se como referência para a pesquisa de campo, um Loteamento de Interesse Social do PMCMV localizado na cidade de Francisco Beltrão/PR, o qual conta com 160 unidades habitacionais, distribuídas ao longo de cinco quadras, num traçado geométrico simples e sem apresentar formas diferenciadas, nem mesmo aplicação de conceitos de sustentabilidade.

Através de visita *in loco* foi realizado o levantamento de campo com uma amostra de 40% dos moradores, totalizando 65 famílias escolhidas aleatoriamente. A partir desta amostra, por meio de entrevistas, os moradores expressaram suas opiniões, relatando informações que puderam contribuir para a pesquisa mencionada.

Foram observadas e registradas anotações com relação ao desempenho das unidades habitacionais quanto à localização, o entorno, transporte público e acesso aos serviços básicos e equipamentos urbanos, a fim de identificar as deficiências do local e as necessidades dos moradores. Durante a pesquisa, constatou-se que o local oferece infraestrutura básica, mas, apresenta deficiências com relação aos serviços básicos de transporte público, áreas de lazer e nos aspectos urbanísticos, como a falta de arborização nas vias e pavimentação das calçadas.

Outro agravante é a localização de algumas unidades (19UH) concentradas numa única quadra, nas proximidades do rio que faz divisa com a poligonal da gleba. Segundo informações dos moradores, houve vários episódios de inundações num curto período de tempo. Com relação à implantação e localização dos loteamentos e de acordo com a Cartilha do Ministério das Cidades "Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida", todo cidadão tem direito à moradia adequada e bem localizada. Mas para que isso se torne realidade no Brasil é preciso avançar muito, visto que grande parte dos domicílios urbanos brasileiros está em más condições de localização e implantação, como favelas, cortiços, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais em locais precários. Esta realidade se deve pela falta de políticas, planejamento e gestão urbana que levem em consideração as diferentes demandas sociais e econômicas da população brasileira.

É possível perceber que o atual modelo de planejamento brasileiro tem implicado na forma e no funcionamento das cidades com relação à concentração de empregos em poucas áreas, o



distanciamento do local da moradia em relação ao trabalho, à ocupação de áreas de proteção ambiental e em geral, e à falta de avaliação do poder público quanto aos espaços e ao que se destinam.

Conforme o Estatuto das Cidades, o direito à cidade significa ter acesso aos benefícios que a mesma oferece, dessa forma reporta-se também a questão urbanística, principalmente no que diz respeito à infraestrutura urbana de conjuntos habitacionais de interesse social, sua inserção na malha urbana e sua relação com a cidade.

Para Marconi e Lakatos (2009) a observação por meio de entrevista contribui na obtenção de informações sobre determinado assunto, através de uma conversa de natureza profissional. Este método foi desenvolvido com a finalidade de coletar dados e informações gerais para melhor aprofundamento do tema, auxiliando também no desenvolvimento projetual.

Segundo Ornstein, Roméro (2003), conhecer o que ocorre no ambiente construído, seja edificado ou área livre no que se refere ao desempenho físico ou à satisfação do usuário, pode ser obtido através do levantamento de dados, da análise e das recomendações extraídas dos dados, que visam realimentar o próprio estudo, bem como, futuros projetos, a fim de ser um instrumento de controle de qualidade que pode ser colocado em prática por meio da metodologia de APO (avaliação pós ocupação).

3. HABITAÇÃO E A INFRAESTRUTURA URBANA

O referencial teórico levantado, inicialmente, para este estudo busca abordar principalmente, os temas relacionados à habitação, à infraestrutura urbana e especificamente as áreas de lazer disponibilizadas à população em geral.

De acordo com Maricato (2001), a terra urbana significa terra provida de infraestrutura e serviços urbanos (rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação e saúde). Ou seja, a produção da moradia deve significar o acesso à cidade e àquilo que representa para a vida no espaço urbano, como emprego, educação, cultura, transporte, saúde, esporte, lazer e etc. Assim sendo, a habitação está ligada diretamente à estrutura urbana por meio da infraestrutura urbana instalada e da rede de serviços urbanos. Para isso, tem-se como embasamento teórico a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto das Cidades, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Entre suas principais diretrizes gerais está a garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações.

Conforme a Lei 12.587/12, no art. 5º, a Política Nacional de Mobilidade Urbana fundamenta-se em alguns princípios, dentre os quais se destacam a igualdade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, vias e logradouros, a segurança nos deslocamentos, a eficiência e efetividade na circulação urbana e na prestação de serviços de transporte urbano.

A lei nº 6.766/79 especifica limites na ocupação do solo evidenciando os cuidados com a preservação do meio ambiente, não permitindo o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e inundáveis, com declividade igual ou superior a 30%, em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, em áreas de preservação ecológica ou naquelas em que a poluição impeça condições sanitárias suportáveis.

Ainda, segundo a Lei Federal nº 9.785/1999, a infraestrutura básica dos loteamentos se distingue entre os parcelamentos em geral e os parcelamentos populares situados em zonas habitacionais declaradas de interesse social. Para os parcelamentos em geral, estabelece como infraestrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e ainda as vias de circulação pavimentadas ou não.

No que se refere ao processo de urbanização das cidades o crescimento periférico das cidades tem sido significativo e tem sofrido progressivamente com a falta de planejamento urbano como por exemplo, deficiência no sistema de transporte, falta de abastecimento e saneamento público,



transporte e coleta de resíduos sólidos, falta de segurança e condições inadequadas de moradia, prejudicando tanto a saúde quanto a qualidade de vida dos moradores.

3.1 Infraestrutura dos espaços urbanos

Ao se fazer uma abordagem sobre o tema da infraestrutura dos espaços urbanos, levando em consideração os recursos naturais, benefícios ambientais, econômicos e sociais, de acordo com Sedrez (2004, p. 146), o tema infraestrutura urbana envolve a análise da adequação nos aspectos de sistema de drenagem, coleta e o tratamento local de esgoto cloacal, disponibilidade de sistema de abastecimento de água, compatível com a demanda do empreendimento e rede de fornecimento de energia elétrica.

Os equipamentos comunitários tratam da disponibilidade de equipamentos culturais, de parques, praças e outros locais para o lazer e prática de esportes e serviços de saúde. Num contexto urbano é necessário atentar-se para as decorrências da implantação dos empreendimentos na questão do seu entorno e para o ambiente urbano, considerando o uso do solo e o partido da proposta. Estão relacionados a isso alguns aspectos como a densidade de ocupação proposta e as características de urbanização da área.

Os resíduos sólidos gerados pela construção civil, em especial nos Empreendimentos de Interesse Social, podem ser revertidos em recursos financeiros para toda a comunidade, através da compostagem do resíduo orgânico, representando um incentivo para a produção local de alimentos e captação de recursos.

Em relação às particularidades de urbanização da área, a diretriz para a avaliação é a valorização do loteamento que ocupam áreas mais densas e que de alguma forma representam uma maior possibilidade de acesso a empregos e benfeitorias urbanas. "No caso da habitação de interesse social, essa questão não é priorizada devido os custos dos lotes", levando os empreendimentos para localizações periféricas e interferindo na qualidade de vida dos moradores (SEDREZ, 2004, p. 152).

A implantação das áreas livres como praças, jardins, parques e áreas verdes, florestas, arborização, entre outros, tem sido retomada por várias cidades brasileiras, motivadas pelo debate do desenvolvimento sustentável, propiciado pela Agenda 21.

Os espaços livres públicos são frequentemente mal distribuídos pelas cidades, muitas vezes concentrados em regiões centrais de maior apelo mercadológico, contribuem para que apenas determinada localidade e nível de renda tenha acesso a tais equipamentos, devido ao tempo e ao custo que são acrescidos pela necessidade de locomoção.

Em loteamentos populares é comum à mínima reserva de espaços livres de lazer, justificado pelo "interesse social" de fornecer habitações de baixo custo, e ao mesmo tempo um fator que implica no processo histórico de desconstrução do espaço público.

Ressalta-se que as dimensões dos espaços, suas atribuições específicas, seus equipamentos e instalações, as características do solo e da vegetação, as condições de monitoramento/manutenção dos espaços e a percepção comunitária sobre a qualidade dos espaços disponíveis, se fazem necessário para uma boa aplicação e uso desses equipamentos.

3.2 Áreas de lazer

A implantação das áreas livres como praças, jardins, parques e áreas verdes, florestas, arborização, entre outros, tem sido retomada por várias cidades brasileiras, motivadas pelo debate do desenvolvimento sustentável, propiciado pela Agenda 21. Uma das dificuldades está no modelo e nos padrões urbanos para a avaliação da questão e, conseqüentemente, para a elaboração de planos.

A nova realidade urbana, com novos valores, padrões de consumo e de comportamento familiar e social, demanda uma reflexão, principalmente, sobre o papel das áreas livres no subsistema



urbano de áreas verdes e na estrutura urbana, que, em última instância, devem servir de suporte para a qualidade de vida dos seus moradores (CRUZ; BARBOSA, 2008).

O planejamento dos espaços de lazer deve ser realizado preparando as áreas e os equipamentos necessários ao entretenimento de modo variado e adaptado às necessidades e escolhas dos usuários, considerando as necessidades específicas de faixas etárias e grupos sociais diversos.

As áreas verdes também utilizadas como espaços de lazer, vão além da ideia de recreação, melhorando a qualidade do ar, da água, protegendo a biodiversidade, reduzindo a erosão e as inundações, permitindo o tratamento de águas residuais, abrigando a fauna e propiciando uma variedade maior de espécies, entre outros benefícios naturais. Observa-se que a vegetação constitui um elemento importante na ocupação do solo, podendo ter sua localização junto aos lotes, calçadas e parques, contribuindo no escoamento pluvial e na diminuição da formação de ilhas de calor.

Com o objetivo de propor uma melhor organização dos espaços livres urbanos é indispensável conhecer o modo de distribuição dos espaços livres na malha urbana e a acessibilidade aos espaços por parte da população a que se destina (FONTES, 2003).

É necessário definir a implantação das áreas de lazer por um zoneamento previamente definido, que leve em consideração a inserção do espaço de lazer na malha urbana, focando as restrições de acessibilidade estabelecidas pelo sistema viário e pelas características ambientais do local em que os espaços de lazer estão localizados.

Para avaliar a tipologia do equipamento recomenda-se o uso de classificação, tal como a adotada por Sedrez (2004), parques de vizinhança, parques de bairro e parques distritais. Os parques de vizinhança são espaços de lazer de uso local, que devem servir para uma unidade de vizinhança, como substitutos às ruas e aos quintais de casas. São áreas de dimensões reduzidas, podendo abrigar alguns equipamentos ligados à recreação.

Em geral, nota-se que em loteamentos populares é comum a mínima reserva de espaços livres de lazer, justificado pelo “interesse social” de fornecer habitações de baixo custo, e ao mesmo tempo um fator que implica no processo histórico de desconstrução do espaço público.

4. RESULTADOS

A pesquisa de campo mostrou que a escolha da área de implantação do loteamento de interesse social existente teve acerto na sua localização em virtude da proximidade com o bairro, provido de equipamentos urbanos, facilitando o transporte público através de uma rede já existente e a interação com as comunidades vizinhas. Em contrapartida observou-se algumas deficiências do local quanto à disponibilidade de equipamentos de lazer e à existência de áreas de alagamento nas proximidades do terreno em função do rio que contorna a área de intervenção.

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de cinco indicadores, atribuindo notas de 1 a 4, sendo avaliados por meio de entrevistas com os moradores os principais indicadores: tipos de acesso; área de lazer; transporte público; serviços de coleta de resíduos sólidos e correio e serviços de saúde e escola pública.

Verificou-se que no caso das 160 UH (100%) o acesso no entorno é feito através de vias pavimentadas com paralelepípedos e o acesso até o loteamento é feito por via asfaltada. Mas em relação às calçadas, observa-se a ausência de pavimentação nas mesmas em mais que 50% das vias, dificultando o trânsito dos pedestres de forma segura e na acessibilidade. O resultado referente ao acesso aos lotes, às ruas e entorno, apontou que 44,6% dos moradores atribuíram nota 4, demonstrando que estão satisfeitos com este serviço.

Identificou-se a necessidade de implantar as áreas de lazer nas proximidades do empreendimento em questão, a fim de proporcionar bem-estar social aos moradores, especialmente às crianças do bairro. Visto que o lazer, através de espaços públicos, poderá proporcionar momentos de convivência entre os moradores, deixando de ser apenas espaços de recreação. Do mesmo modo que proporcionar espaços como áreas verdes, livres ou de lazer/recreação torna-se instrumento indispensável para um planejamento urbano adequado e eficiente.



Dos entrevistados, 49,2% atribuíram nota 1 e 35,4% nota 2, o que nos mostra que não estão satisfeitos com os equipamentos urbanos de área de lazer oferecidos no loteamento. Constatou-se junto ao local que a grande maioria das famílias precisa percorrer a uma distância que ultrapassa 4km para chegar a uma área de lazer, além de que no loteamento existe um terreno que seria destinado a construção de um campo de futebol, mas que até o momento está vazio.

Durante a pesquisa de campo, não foi localizada nenhuma praça para uso dos moradores, com *playground* para lazer das crianças, ou mesmo um espaço que dispusesse de equipamentos de lazer para jovens e crianças, ou para a prática de outros esportes alternativamente ao futebol, como por exemplo uma quadra de vôlei, de basquete ou uma pista de skate, entre outras atividades desportivas.

As áreas de lazer e recreação integram a área institucional destinada para a implantação de equipamentos comunitários como praças, parques ou até mesmo os espaços livres de uso comum, como jardins, áreas verdes, entre outros espaços que sejam destinados para atividades de lazer da população em geral.

Outro ponto observado é a necessidade de arborização urbana a fim de proporcionar um embelezamento para o local, como também sombreamento, além de que as árvores produzem um efeito de armazenamento térmico que auxilia nas estações quentes, contribuindo para a melhoria das condições urbanísticas. No loteamento de interesse social existente, praticamente 80% das ruas não têm árvores plantadas, havendo mais vegetação nas vias onde já existem edificações. Sendo assim, constatou-se a falta de um planejamento urbanístico e paisagístico para estas vias públicas e para o bairro em geral.

No entorno da gleba percebeu-se uma deficiência no transporte público coletivo, o qual não atende as ruas do loteamento, somente nas proximidades, dificultando o acesso e deslocamento dos moradores até o ponto de ônibus. Segundo relatos dos moradores o transporte coletivo não trafega pelas ruas do loteamento e sim em suas mediações, o que resultou ao descontento de alguns moradores.

Com relação aos serviços de coleta de resíduos sólidos e correios, constatou-se que 35,4% dos entrevistados atribuíram nota máxima aos serviços de coleta de lixo e correios, e 46,2% atribuíram nota 3, o que resulta em mais de 50% dos moradores satisfeitos com estes serviços. Com base nos relatos de alguns moradores, constatamos insatisfação aos serviços de correio, devido a falta de numeração nas casas, o que não é um problema dos correios, mas isto impede que o serviço seja feito com eficiência.

Quanto os serviços de saúde, verificou-se que os moradores estão bem servidos quanto a esse serviço, devido a existência de um Pronto atendimento próximo ao loteamento, além de que não existe uma legislação que determine a distância mínima para a localização das unidades básicas de saúde.

Com relação a escola pública, o bairro dispõe de uma escola pública integral de educação infantil (ensino básico) distante 1,5km do conjunto, podendo atender tranquilamente todas as crianças do conjunto e dos bairros vizinhos. No entanto, escola com educação de nível médio fica mais distante, aproximadamente 4km dificultando o acesso a pé.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa espera-se compreender a relação entre infraestrutura urbana, meio ambiente, sustentabilidade, ocupação urbana e habitação. Espera-se contribuir nas discussões sobre a importância da relação homem, assentamento urbano e meio ambiente, ao mesmo tempo, tentar mostrar a necessidade de um planejamento urbano quanto à implantação de loteamentos de interesse social (populares), em função da deficiência na infraestrutura. Pois, em muitos casos, verifica-se que a única preocupação é implantar um maior número de lotes na área a ser loteada, sem se preocupar com a qualidade de vida dos moradores e com os prejuízos sociais, ambientais e econômicos que isso pode causar ao local e à cidade num contexto mais amplo.

A partir desta pesquisa, identificou-se a necessidade de implantação de áreas de lazer nas proximidades dos loteamentos, a fim de proporcionar bem-estar social aos moradores, especialmente



às crianças do bairro. Visto que o lazer, através de espaços públicos, poderá proporcionar momentos de convivência entre os moradores, deixando de ser apenas espaços de recreação. Do mesmo modo que proporcionar espaços como áreas verdes, livres ou de lazer/recreação torna-se instrumento indispensável para um planejamento urbano adequado e eficiente.

As áreas de lazer e recreação podem integrar a área institucional destinada para a implantação de equipamentos comunitários como praças, parques, ou até mesmo os espaços livres de uso comum, como jardins, áreas verdes, entre outros. Enfim, espaços que sejam destinados para atividades de lazer da população em geral.

Sobretudo, espera-se que esta pesquisa possa juntar-se a outros estudos existentes sobre o assunto e contribuir para um embasamento no processo projetual de loteamentos de interesse social e colaborar nas pesquisas de infraestrutura urbana, a fim de permitir a criação de cenários urbanos de qualidade e com melhores condições econômicas, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da cidade**. Regulamenta os artigos 183 e 184 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012. **Política nacional de mobilidade urbana**. Institui as diretrizes da PNMU. Congresso Nacional, 2012.

BRASIL. Lei 6.766/1979 de 19 de dezembro de 1979. **Parcelamento do solo urbano**. Congresso Nacional, 1979.

CARTILHA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES. Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa Minha Vida. **Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. Serviço de biblioteca e informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

CRUZ, N. M. da B.; Camila C. P. F. de. Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias: O Caso de Rio Claro-SP. In: I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. São Carlos, USP/Unesp/Universidade do Minho, 2005. p. 25-39

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

NERBAS, P. F. **Contribuições para a sustentabilidade da paisagem**: percepção ambiental no loteamento popular Bom Fim, São Leopoldo - RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ROMÉRO, M. de A.; ORNSTEIN, S. W. **Avaliação pós-ocupação**. Métodos e técnicas aplicados à habitação social. Coleção HABITARE/FINEP. Porto Alegre, 2003.

SEDREZ, M. de M. **Sustentabilidade do ambiente construído**: contribuições para a avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social. Porto Alegre, 167 p., 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



10º Simpósio
Internacional de
Qualidade Ambiental

Regulamentação Ambiental,
Desenvolvimento e Inovação

19 a 21 de outubro de 2016
Prédio 41 | PUCRS | Porto Alegre/RS



REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES

abes-rs@abes-rs.org.br
51 3212.1375